

ENTRE SABERES E SILÊNCIOS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES

BETWEEN KNOWLEDGE AND SILENCE: GENDER VIOLENCE AT THE UNIVERSITY AND ITS IMPACTS ON WOMEN'S MENTAL HEALTH

Meyrielle Belotti¹

Lorrayne Belotti²

Mariana Midori Sime³

Sabrina Helena Ferigato⁴

Resumo: Este artigo é derivado de um estudo descritivo-transversal que investigou a violência de gênero no contexto universitário sob a perspectiva das mulheres, com foco nos impactos na saúde mental. Os dados foram coletados por questionário *on-line* autoaplicável e analisados por estatística descritiva. Os resultados revelam manifestações recorrentes de violência psicológica e desqualificação intelectual, associadas com a ansiedade, a depressão e com a síndrome de Burnout. Relatou-se também o isolamento social, as dificuldades interpessoais e o comprometimento das atividades diárias. O estudo evidencia a necessidade de fortalecer políticas institucionais que integrem a perspectiva de gênero e ofereçam apoio psicossocial, visando à prevenção e enfrentamento das violências no ambiente acadêmico.

Palavras-chaves: Violência de Gênero; Saúde Mental; Universidades.

Abstract: This article is derived from a descriptive cross-sectional study that investigated gender-based violence in the university context from the perspective of women, focusing on the impacts on mental health. Data were collected through a self-administered online questionnaire and analyzed using descriptive statistics. The results reveal recurrent manifestations of psychological violence and intellectual disqualification, associated with anxiety, depression and burnout syndrome. Social isolation, interpersonal difficulties and impairment of daily activities were also reported. The study highlights the need to strengthen institutional policies that integrate the gender perspective and offer psychosocial support, aiming at preventing and addressing violence in the academic environment.

Keywords: Gender-Based Violence; Mental Health; Universities.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: meyrielle.belotti@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3901-4656>.

2 Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo; Pesquisadora no Centro de Estudos, Pesquisa e Prática em APS e Redes (CEPPAR) do Hospital Israelita Albert Einstein; E-mail: lorryne.belotti@einstein.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6111-8908>.

3 Doutora em Biotecnologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: mariana.sime@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6589-9692>.

4 Doutora em Saúde Coletiva - Universidade Estadual de Campinas; Professora adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos; E-mail: sabrinaferigato@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7567-7225>.

Introdução

A violência de gênero constitui uma característica estrutural e historicamente enraizada nas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, sendo uma das expressões mais severas das desigualdades de gênero no Brasil (Zanelli; Silva, 2012). O referido conceito, consolidado a partir da década de 1990, refere-se às práticas de violência física, psicológica, sexual, simbólica e institucional, exercidas com base na identidade de gênero e direcionadas, majoritariamente, contra as mulheres. Nesse sentido, a violência de gênero não se configura como um fenômeno isolado, mas como um mecanismo estruturante das dinâmicas socioculturais, reproduzido por meio dos processos de socialização, pertencimento e legitimado por normas patriarcais que, por um lado, perpetuam relações de dominação e controle sobre os corpos e trajetórias das mulheres (Santos *et al.*, 2019) e, por outro, induzem modos de subjetivação alicerçados no sentido culturalmente compartilhado e historicamente construído sobre o que significa “ser mulher”.

Esse fenômeno se fortalece ou se combate a partir das relações de saber-poder que se estabelecem em diferentes contextos (Foucault, 2004). Vale frisar que o espaço universitário é um dispositivo central para legitimar ou desconstruir dinâmicas sociais estruturantes, na medida em que, por meio da produção de conhecimento e de suas práticas cotidianas, agrega valor científico a certos modos de existir e, portanto, induz modos de pensar e viver em sociedade.

A saúde mental e o sofrimento psíquico, como produções indissociáveis da produção sociocultural e dos impactos do comportamento coletivo em corpos singulares, pode ser um indicador importante dos efeitos de uma universidade misógina nos corpos das mulheres que habitam este contexto, bem como das contradições entre o regime de enunciados academicamente produzidos e suas práticas cotidianas.

Estudos como o de Teixeira *et al.* (2024) e o de Villela *et al.* (2011) revelam que a violência de gênero gera impactos socioeconômicos, assim como impactos na saúde. Neste sentido, mulheres vítimas desse tipo de violência acessam o sistema de saúde mais vezes quando comparado com a população geral (Schraiber *et al.*, 2010). Outrossim, a violência física, sexual e psicológica tem sido associada com diversos comprometimentos à saúde mental, tais como: depressão, ansiedade, fobias, estresse pós-traumático, suicídio, tentativa de suicídio, abuso de álcool e drogas, insônia, exacerbação de sintomas psicóticos, problemas alimentares, dentre outros (Schraiber *et al.*, 2010; Guedes; Silva; Fonseca, 2009; Cerqueira *et al.*, 2018).

Ainda sobre o contexto brasileiro, conforme o relatório sobre a vitimização de mulheres do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019, o espaço doméstico é o lugar mais inseguro para as mulheres: 48,8% das vítimas sofreram as violências mais graves no seu próprio lar; 72,8% dos agressores são conhecidos, dos quais 43,5% são atuais ou ex-parceiros íntimos, 16,1% são genitores ou companheiros de seus genitores e 4,4% são filhos, do que se conclui que os principais agressores de mulheres são parceiros íntimos ou familiares (Bueno; Pereira; Neme, 2019).

Embora pesquisas (Bueno; Pereira; Neme, 2019; Valli; D’Affoseca; Dionísio, 2024) indiquem que o espaço doméstico é o principal local de ocorrência da violência de gênero, tal fenômeno não se limita a esse ambiente, manifestando-se também em contextos educacionais, laborais e em outros espaços sociais. Nesse cenário, as instituições de ensino superior representam um microcosmo social onde as desigualdades de gênero são tanto reproduzidas quanto enfrentadas. Conforme argumenta Santos (1989), a universidade possui a responsabilidade de responder aos desafios da sociedade contemporânea, incluindo a necessidade de enfrentamento à violência de gênero.

Em uma pesquisa realizada sobre a produção de violência contra as mulheres na universidade, Bellini (2018) ressalta a existência de poucos estudos brasileiros relacionados com a temática da violência de gênero, sendo que a maioria afere quantitativamente o fenômeno. A autora também classifica os estudos como tendo um enfoque predominante na remediação do ocorrido - como orientações sobre o cuidado às vítimas depois dos episódios - e “educativo”, com recomendações para a comunidade universitária no sentido de evitar novos casos. Destaca-se ainda a ausência de documentos norteadores que orientem ou avaliem procedimentos sistemáticos e institucionalizados a serem adotados no âmbito das universidades para prevenir novos casos, acolher e cuidar das vítimas, e especialmente responsabilizar os agressores das violências cotidianas (Bellini, 2018).

Definir e mensurar a violência de gênero de forma comparável entre diferentes estudos é uma tarefa complexa em função dos sujeitos envolvidos, tipos e cenários das violências, além da presença do sub-registro como problema. Assim, as formas de violência de gênero na universidade têm especificidades, com grande presença de assédio moral, ameaças, humilhações e violência sexual. Os cenários também são diversificados e incluem trotes, festas, clubes esportivos, salas de aula, salas de reuniões, viagens de trabalho e repúblicas (Oliveira, 2019; Bandeira, 2017).

Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica da violência de gênero no ambiente universitário sob a perspectiva das mulheres, com a finalidade de identificar seus impactos na saúde mental universitária. Ao se inserir nesse debate, busca-se elucidar como a universidade pode atuar como um agente de mudança, oferecendo ferramentas teórico-práticas para o enfrentamento da violência de gênero.

Propomos o fortalecimento de movimentos que reconhecem a urgência da revitalização e transformação das instituições em sua dimensão de gênero. Ressalta-se que tanto as práticas historicamente institucionalizadas no campo da saúde mental quanto as universidades exerceram um papel significativo na construção de representações que objetificam, excluem ou subalternizam as mulheres — seja por figurar como objeto clínico, seja como objeto de conhecimento. Tais práticas, por vezes, foram legitimadas por discursos pseudocientíficos. Em contraposição a esse processo histórico, neste artigo busca-se valorizar o protagonismo das mulheres no ambiente universitário, questionar a naturalização das violências a que estão submetidas nesse espaço e contribuir com a promoção de uma cultura de cuidado coletivo e cotidiano como estratégia de fortalecimento da saúde mental no contexto acadêmico.

1 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e transversal, realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), instituição pública federal da região Sudeste do Brasil, reconhecida por sua trajetória consolidada em ensino, pesquisa e extensão. A UFSCar possui sede no município de São Carlos, no estado de São Paulo, e conta com outros três campi localizados nas cidades de Araras, Buri e Sorocaba, o que beneficia a diversidade acadêmica, regional e sociocultural de sua comunidade universitária. A instituição oferece ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação e apresenta um corpo discente expressivo, bem como um quadro docente e técnico-administrativo diversificado. O público-alvo compreendeu mulheres com 18 anos ou mais, pertencentes aos quadros discente, docente, técnico-administrativo ou terceirizadas, vinculadas à instituição.

A coleta de dados foi realizada entre julho e dezembro de 2024, por meio de um questionário *on-line* (QOL) autoaplicável, desenvolvido na plataforma *Google Forms*. O instrumento foi estruturado como um questionário em profundidade, fundamentado no referencial teórico-metodológico da pesquisa-intervenção. A aplicação desse tipo de questionário busca introduzir elementos que ampliem a interação entre participantes e pesquisadores,

mesmo diante das limitações da interação mediada em ambiente virtual. Para isso, foram empregadas diversas técnicas comunicacionais com o objetivo de potencializar as possibilidades interventivas, especialmente na interface com o cuidado, aspecto central em pesquisas na área da saúde (Ferigato *et al.*, 2022).

O questionário compreendia questões fechadas de natureza quantitativa, estruturadas em escalas dicotômicas ou politômicas, permitindo, em determinados casos, a seleção múltipla de opções. Em cada questão, foram disponibilizados espaços para comentários, que possibilitaram aos participantes expressar por escrito narrativas, sentimentos, impressões, reflexões e vivências, constituindo um banco de dados textuais complementar às informações quantitativas. Para potencializar a interação entre participantes e pesquisadores, foram adotadas estratégias comunicacionais específicas, como instruções detalhadas e a possibilidade de esclarecimento de dúvidas durante a aplicação do instrumento.

O questionário foi organizado em três eixos temáticos: (1) caracterização sociodemográfica das participantes, abrangendo variáveis como idade, raça/cor, estado civil, escolaridade, renda, categoria profissional; (2) caracterização da violência de gênero no contexto universitário com destaque para o tipo de violência sofrida; e (3) análise dos impactos psicossociais da violência de gênero, investigando alterações comportamentais e corporais, interferências na vida cotidiana, busca por atendimento profissional de saúde e diagnósticos relacionados.

Para a análise dos dados quantitativos, que são o objeto deste artigo, utilizou-se a estatística descritiva. As variáveis categóricas foram descritas por meio de tabelas de frequência absoluta e relativa, construídas no *software* Excel. Essa abordagem permitiu uma visualização detalhada da distribuição dos dados e a identificação de padrões relevantes.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP), conforme Resolução CNS nº 466/12, sob o número de parecer 6.701.226 (CAAE: 77559624.8.0000.5504).

2 Resultados e discussão

Participaram do estudo 203 mulheres, das quais 59,1% (n=120) relataram ter sido vítimas de violência de gênero no ambiente universitário. Entre as participantes que reportaram experiências de violência, a maioria situava-se na faixa etária de 18 a 50 anos (88,3%; n=106). Isso mostra que, embora a violência de gênero afete mulheres de diferentes idades, ela é mais

intensamente vivenciada por mulheres jovens, adultas e de meia-idade. O achado também reflete a menor presença de mulheres idosas no contexto universitário, o que pode favorecer a sua sub-representação nos dados.

Muitas mulheres que já foram vítimas de violência têm identificação como cisgênero (95%; n=114) e branca (70%; n=84), dado que precisa ser analisado, pois mulheres negras e LGBTQIAPN+, mesmo com a inserção tardia das Políticas de Ação Afirmativa, ainda são minorias no contexto universitário.

Entre as participantes que relataram vivenciar violência de gênero, 30,8% (n=37) afirmaram estar sendo vítimas dessas situações no momento da coleta de dados. As formas de violência mais frequentemente relatadas por esse grupo foram: violência psicológica (31,7%; n=32), desqualificação intelectual (26,7%; n=27) e violência sexual (18,8%; n=19). Ressalta-se que a participante poderia relatar mais de um tipo de violência. A tabela 1 salienta os dados citados.

Quanto ao estado civil, 53,3% (n=64) são solteiras e 26,7% (n=32) casadas, 40,3% (n=48) possuem doutorado, 34,2% (n=41) são estudantes de graduação e 36,7% (n=44) atuam como docentes (Tabela 1)

Dentre as 120 participantes que relataram sofrer algum tipo de violência de gênero, 81,7% identificaram como efeitos desta violência alterações no seu comportamento e/ou corpo, sendo os sintomas mais comuns: irritabilidade (10,9%), tristeza (9,7%), inquietação (8,8%), medo (8,8%), alterações de humor (8,7%), dificuldade de concentração (8,7%), tensão muscular (8%) e insônia (7,7%). É importante ressaltar que esses sintomas não são mutuamente excludentes, ou seja, as participantes poderiam relatar mais de um (Tabela 1).

Os impactos na vida cotidiana também foram significativos, sendo que 23% das vítimas relataram isolamento social e dificuldades nas interações interpessoais, enquanto 21,3% mencionaram o estabelecimento de relações conflituosas no ambiente universitário. Adicionalmente, 16,5% apontaram dificuldades na realização de atividades diárias e de autocuidado, e 13,7% afirmam ausência ou falta de pontualidade no trabalho e/ou em compromissos acadêmicos (Tabela 1).

Uma das atividades da vida diária e prática frequentemente correlacionadas à violência institucional é o exercício da maternidade e as tarefas a ela associadas. Pesquisas conduzidas por iniciativas como o movimento Parent in Science (2021) demonstram que ser mãe no ambiente universitário configura, recorrentemente, um marcador de exclusão e

violência institucional. De acordo com levantamento nacional realizado por esse coletivo, 70% das cientistas mães — incluindo docentes e estudantes de pós-graduação — relataram impactos negativos na produtividade acadêmica após a maternidade, e 50% apontaram a perda de oportunidades na carreira em decorrência dessa experiência.

De forma preocupante, esses efeitos têm sido, muitas vezes, institucionalizados como justificativas para processos de desqualificação profissional, restrição ao acesso a editais e exclusão de eventos científicos. No âmbito da graduação e da pós-graduação, os impactos da maternidade na permanência estudantil revelam-se mais intensos do que os da paternidade, refletindo desigualdades de gênero persistentes nas instituições de ensino superior. Não por acaso, tal como ressalta Zanello (2016), a maternidade, nesses moldes, figura como um dos principais fatores de ruptura psíquica entre mulheres universitárias. Para mitigar essas disparidades, algumas universidades e órgãos de fomento têm implementado medidas como bolsas de estudo específicas para mães, flexibilização de prazos acadêmicos e políticas que asseguram acesso equitativo a vagas em programas de pós-graduação.

No que se refere à busca por suporte profissional, 56,5% das respondentes vítimas de violência de gênero recorreram a atendimento médico-medicamentoso ou psicológico. Entre aquelas que buscaram assistência, 78,5% receberam diagnóstico clínico, sendo os mais prevalentes o transtorno de ansiedade (37%), depressão (28,7%) e síndrome de Burnout (12%). Foram identificados ainda transtornos relacionados com os fatores traumáticos e estressantes (10,2%), transtornos alimentares (6,5%), transtorno obsessivo-compulsivo (1,9%), transtorno dissociativo (0,9%) e transtorno bipolar (0,9%) (Tabela 1). É essencial levar em conta que os diagnósticos em saúde mental são multifatoriais e podem anteceder o ingresso das participantes na universidade. Ainda assim, os achados sugerem que as experiências de violência e as condições institucionais em que ocorrem podem atuar como fatores agravantes do sofrimento psíquico, contribuindo com o desencadeamento ou a intensificação de quadros já existentes.

Tabela 1. Tipificação da violência de gênero e impactos na saúde e no cotidiano. 2024

Variáveis	N	%
Tipo de violência sofrida (n=37)		
Violência psicológica	32	31,7%
Desqualificação intelectual	27	26,7%
Violência sexual	19	18,8%
Assédio sexual	15	14,9%
Violência física	3	3,0%
Violência patrimonial	3	3,0%
Violência moral	2	2,0%
Total ¹	101	100,0%
Consegue identificar algum impacto na sua saúde mental após ter sofrido violência de gênero na universidade (n=120)		
Sim	98	81,7%
Não	22	18,3%
Total	120	100,0%
Alterações relacionada ao comportamento/corpo após ter sofrido violência de gênero (n=120)		
Irritabilidade	75	10,9%
Tristeza	67	9,7%
Medo	61	8,8%
Inquietação	61	8,8%
Alteração de humor	60	8,7%
Dificuldade de concentração	60	8,7%
Tensão muscular	55	8,0%
Insônia	53	7,7%
Fadiga/cansaço	47	6,8%
Palpitação/Taquicardia	43	6,2%
Alteração do padrão alimentar (aumento ou diminuição)	34	4,9%
Falta de ar	25	3,6%
Pensamento/ideação suicida	23	3,3%
Uso abusivo de álcool e outras drogas	21	3,0%
Autolesão	5	0,7%
Total ¹	690	100,0%

Impactos na sua vida cotidiana após ter sofrido violência de gênero (n=120)

Interações sociais prejudicadas/ Isolamento social	67	23,0%
Sentimento de culpa/inferioridade/ vergonha	67	23,0%
Estabelecimento de relações conflituosas na universidade	62	21,3%
Dificuldades para realizar suas atividades diárias e de autocuidado	48	16,5%
Ausência ou falta de pontualidade no trabalho e/ou nas atividades acadêmicas	40	13,7%
Não houve impacto na minha vida	7	2,4%
Total ¹	291	100,0%

Procurou ajuda médica/psicológica devido essa situação de violência

Sim	65	56,5%
Não	50	43,5%
Total ²	115	100,0%

Recebeu algum diagnóstico

Sim	51	78,5%
Não	14	21,5%
Total	65	100,0%

Diagnóstico

Transtorno de Ansiedade	40	37,0%
Depressão	31	28,7%
Síndrome de Burnout	13	12,0%
Transtornos relacionados a fatores traumáticos e estressantes	11	10,2%
Transtorno Alimentar	7	6,5%
Lesão autoprovocada intencionalmente	2	1,9%
Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC)	2	1,9%
Transtornos dissociativos	1	0,9%
Transtorno Bipolar	1	0,9%
Total ¹	108	100,0%

¹ Mais de uma opção de resposta; ² Missing.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A elevada proporção de mulheres vítimas de violência de gênero que buscaram apoio profissional em serviços de saúde e receberam diagnósticos clínicos salienta a gravidade dos impactos psicossociais dessas experiências, bem como a intensidade do sofrimento vivenciado. Tais dados indicam o

potencial da violência de gênero para produzir adoecimentos psíquicos que não podem ser analisados dissociados de seus contextos socioculturais e institucionais. Corre-se o risco de que respostas voltadas a comportamentos coletivos sejam tratadas de maneira individualizante, desviando o foco da violência estrutural para a saúde mental isolada das vítimas.

Reduzir a complexidade desse fenômeno à mera patologização das mulheres tende a obscurecer falhas institucionais que deveriam ser enfrentadas por meio de políticas públicas estruturantes voltadas à prevenção da violência e à transformação da cultura universitária. A predominância de diagnósticos ligados aos transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de Burnout sugere que as violências de gênero não apenas afetam a esfera subjetiva, mas também comprometem dimensões produtivas e relacionais da vida acadêmica, impactando negativamente a permanência, o desempenho e o engajamento dessas mulheres nas atividades universitárias.

A Tabela 2 apresenta a relação do papel ocupacional entre vítima e agressor no contexto da violência de gênero no ambiente universitário, utilizando a sigla (A) para identificar o agressor e (V) para a vítima. As estudantes de graduação (V) foram vítimas em 47,5% dos casos por outros estudantes de graduação (A), seguidos de 35,6% por docentes (A). Entre as estudantes de pós-graduação (V), 50,7% das agressões foram cometidas por chefes ou coordenadores diretos (A), enquanto 27,4% foram perpetradas por docentes (A). As docentes (V) foram vítimas em 48,0% dos casos por outros docentes (A) e em 25,5% por estudantes de graduação (A). Na situação de chefias (V), 33,3% das agressões partiram de outros chefes (A) e 25,9% por parte de Técnicos Administrativos em Educação (TAE) (A). As TAE (V) foram vítimas em 30,4% dos casos por outros TAE (A), 26,1% por chefes (A). Por fim, as profissionais terceirizadas (V) foram vítimas em 29,0% dos casos por estudantes de graduação (A) e em 19,4% por chefes (A).

Tabela 2. Relação entre vítima e agressor no contexto da violência de gênero no ambiente universitário, 2024

Vítima	Agressor													
	Estudante de graduação (A)		Estudante de pós (A)		Docente (A)		Chefe (A)		TAE (A)		Terceirizado (A)		Total	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Estudante de graduação (V)	96	47,5%	20	9,9%	72	35,6%	7	3,5%	4	2,0%	3	1,5%	202	100,0%
Estudante de pós (V)	12	16,4%	20	27,4%	37	50,7%	2	2,7%	0	0,0%	2	2,7%	73	100,0%
Docente (V)	25	25,5%	8	8,2%	47	48,0%	15	15,3%	2	2,0%	1	1,0%	98	100,0%
Chefe (V)	4	14,8%	3	11,1%	9	33,3%	7	25,9%	3	11,1%	1	3,7%	27	100,0%
Servidor/ TAE (V)	8	17,4%	5	10,9%	12	26,1%	14	30,4%	4	8,7%	3	6,5%	46	100,0%
Terceirizado (V)	9	29,0%	4	12,9%	6	19,4%	6	19,4%	1	3,2%	5	16,1%	31	100,0%

Legenda: A - agressor; V - vítima.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Os dados obtidos permitem uma análise crítica da interseção entre hierarquia institucional e violência de gênero, mostrando como relações de poder se articulam na produção e reprodução da violência no contexto universitário. Essas dinâmicas são mediadas por fatores etários, hierárquicos e institucionais, revelando que a violência não se dá de forma aleatória, mas segue padrões estruturados pela organização do espaço acadêmico.

A análise das relações entre vítimas e agressores demonstra que a violência tende a se configurar a partir da assimetria de posições acadêmicas e da precarização das relações de trabalho. A assimetria de poder se manifesta na predominância de casos onde docentes e chefias exercem violência sobre estudantes de graduação e pós-graduação, bem como sobre TAE. Isso revela a imposição de relações de dominação que, muitas vezes, são naturalizadas no ambiente acadêmico, reforçando desigualdades e tornando a violência um mecanismo de manutenção do *status quo*.

Entre as estudantes de graduação, a maior parte dos episódios de violência foi perpetrada por outros discentes, revelando a presença de misoginia entre pares. Entretanto, também foram registrados casos envolvendo docentes, o que torna o enfrentamento desses episódios particularmente complexo, dado o risco de prejuízos pedagógicos e acadêmicos, comprometendo o acesso seguro a um ambiente de aprendizagem, avaliação e orientação.

Entre estudantes de pós-graduação, o destaque para violências por chefes sugere a maior inscrição das violências em contextos laborais e de dependência acadêmico-profissional, como orientações de pesquisa, acesso a bolsas ou a projetos. Esse dado contraria o pressuposto de que na pós-graduação se encontraria um espaço de mais “maturidade acadêmica”, ao mostrar como a verticalidade institucional pode vulnerabilizar mulheres em canais de ascensão universitária profissional.

Para as docentes, a concentração de episódios de violência entre pares aponta uma correlação significativa entre a violência de gênero e outro fator estruturante do adoecimento psíquico no meio universitário: a lógica concorrencial e produtivista que rege as relações acadêmicas. Münch (2020), ao discutir o conceito de “capitalismo acadêmico”, alerta para a crescente transformação das universidades em instituições operadas segundo princípios de mercado, orientadas por metas de produtividade, competitividade e desempenho, em detrimento de fundamentos éticos e epistemológicos voltados ao bem comum. Essa lógica se contrapõe frontalmente aos princípios de uma Epistemologia Crítica, conforme delineado por Freire (1996), e ao ideal de uma universidade comprometida com a produção de conhecimento socialmente referenciado, tal como propõe a UNESCO (2021), ao defender

o conhecimento como bem público e a universidade como espaço de inclusão, justiça e transformação social.

Paralelamente, o fato de aproximadamente 25% das violências sofridas por docentes terem como agressores estudantes reforça a hipótese da naturalização da violência contra figuras femininas em posições de autoridade — especialmente quando marcadas por recortes de raça, juventude ou outras interseccionalidades. O mesmo padrão é observado em episódios em que técnicas-administrativas exercem violência contra mulheres em cargos de chefia, revelando a persistência de uma cultura institucional que desafia a legitimidade da autoridade exercida por mulheres. Ademais, os relatos de mulheres em posições hierárquicas semelhantes às de seus agressores — particularmente homens — indicam que o acesso às posições de poder, por si só, não assegura proteção contra práticas de desqualificação, constrangimento ou outras formas de violência de gênero. Isso mostra que a equidade formal não se traduz, necessariamente, em reconhecimento simbólico ou respeito institucional sendo, portanto, insuficiente para eliminar práticas discriminatórias historicamente arraigadas.

Além da violência entre diferentes categorias, a alta prevalência de agressões dentro dos próprios grupos (entre estudantes, chefias, docentes e TAE) sugere a competitividade exacerbada, a pressão pela produtividade e a escassez de recursos podem intensificar disputas que resultam em situações de violência. Entre os estudantes, por exemplo, fatores como trotes violentos, rivalidades acadêmicas ou de grupos identitários, e discriminação por raça, gênero ou classe social podem estar por trás dos casos registrados. No corpo docente e nas chefias, disputas por prestígio acadêmico, poder político-institucional e reconhecimento profissional também podem contribuir com a escala (Maito; Panúncio-Pinto; Vieira, 2022).

No caso das profissionais terceirizadas, a violência assume uma dinâmica particular, refletindo as condições de vulnerabilidade impostas pela terceirização. Essas trabalhadoras, que tiveram uma baixa taxa de participação na pesquisa, frequentemente são invisibilizadas dentro da estrutura universitária e relatam ser alvos de agressões por parte de estudantes de graduação e chefias. A falta de vínculo direto com a universidade pode dificultar o acesso aos mecanismos de denúncia e proteção, expondo-as a situações de abuso sem a devida mediação institucional. A precarização do trabalho terceirizado, caracterizada por baixos salários, alta rotatividade e ausência de direitos trabalhistas plenos, pode reforçar também a percepção de que essas profissionais estão em uma posição subordinada e, portanto, mais suscetíveis à violência (Belchior, 2018).

Discutindo os resultados explicitados de forma transversal, descortina-se uma elevada incidência de violência de gênero contra mulheres no ambiente universitário, corroborando estudos anteriores que indicam as instituições de ensino superior como espaços de reprodução e naturalização das desigualdades de gênero (Souza; Costa, 2022; Lima; Ceia, 2022). A prevalência de 59,1% de mulheres que relataram terem sido vítimas desse tipo de violência demonstra que a universidade, longe de constituir um espaço neutro, reflete dinâmicas sociais que perpetuam relações de poder desiguais de uma rede complexa de violências que se alimenta da hierarquia institucional e da cultura patriarcal.

A análise dos dados revela a complexidade desse fenômeno enfatizando que a violência de gênero transcende fatores individuais, como idade, nível de escolaridade e papel desempenhado na instituição acadêmica. A distribuição etária das vítimas, visto que 88,3% se encontram na faixa etária entre 18 e 50 anos, indica que a exposição à violência não se restringe a um grupo etário específico, configurando-se como uma característica estrutural que permeia o ciclo de vida de mulheres, incluindo sua vivência universitária.

Ademais, mesmo que a vulnerabilidade socioeconômica e a baixa escolaridade sejam reconhecidas como fatores que aumentam a exposição às situações de violência de gênero e dificultem seu enfrentamento, o nível de escolaridade no contexto universitário não se configurou como um fator de proteção. Entre as vítimas, 40,3% possuem doutorado e 36,7% atuam como docentes, realçando que tanto a ascensão educacional, quanto social, não garantem segurança para as mulheres. A suposição de que a ascensão educacional/social garantiria segurança para mulheres é refutada, reforçando que a violência de gênero está enraizada em estruturas sociais que transcendem o mérito acadêmico e a posição profissional.

A persistência da violência de gênero foi constatada tendo em vista que 30,8% das mulheres relataram vivenciar a referida condição no momento da pesquisa, o que demonstra tanto a incipiência quanto a insuficiência das medidas institucionais incorporadas até o momento da pesquisa para a prevenção e o enfrentamento do problema. No contexto universitário, o silenciamento das vítimas é intensificado pela tendência à culpabilização, bem como pelo desencorajamento ou ineficiência das denúncias, motivado pela preservação da imagem institucional e pelo recebimento de retaliações, especialmente quando envolvem relações hierárquicas. Outrossim, a complexidade das dinâmicas acadêmicas, aliada à escassez de informações, dificulta a identificação das situações de violência e das condutas adotadas para enfrentá-las, contribuindo com a invisibilidade do fenômeno (Gama; Baldissera, 2021).

Verificou-se também que violência de gênero no ambiente universitário, embora compartilhe semelhanças com as dinâmicas de violência observadas em outros contextos sociais, apresenta particularidades que a tornam distinta, sobretudo no que diz respeito às suas formas de manifestação. Enquanto em outros espaços a violência física tende a ser mais evidente e facilmente identificável (Moroskoki, 2021), os dados demonstram que no ambiente universitário prevalecem a violência psicológica e a desqualificação intelectual que, por não apresentarem materialidades facilmente comprobatórias, se configuram como estratégias de agressão mais sutis e sofisticadas, frequentemente invisibilizadas e naturalizadas como algo inerente às relações de trabalho, independentemente do seu grau de destrutividade (Gomes; Lima, 2019). Em um ambiente em que “intelectualidade” é supervalorizada, o produtivismo é estimulado, assim como quando acontecem competições por cargos e recursos as formas de violência citadas encontram um terreno propício para sua reprodução e banalização.

Ventura (2015), ao analisar esse problema entre servidores de uma instituição de ensino superior, constatou a existência de um resquício cultural de cunho autoritário, cujas características em termos de valores, crenças, comportamentos e atitudes não coadunam com a imagem e com os discursos que as universidades públicas propagam a seu respeito (normalmente pautados em valores democráticos e progressistas). Cabe ponderar que essa violência simbólica, baseada na legitimidade de um discurso dominante, alinha-se ao histórico processo de marginalização das mulheres na produção de conhecimento, perpetuando as hierarquias de gênero e, conseqüentemente, limitando o acesso das mulheres a espaços de poder e reconhecimento (Bourdieu, 1998).

Os resultados deste estudo exibem os impactos significativos na saúde mental das mulheres vítimas de violência de gênero. Entre as participantes que relataram ter sido vítimas desse tipo de violência, 81,7% indicaram prejuízos em sua saúde mental. Esse achado corrobora a literatura científica, que associa a exposição à violência de gênero ao desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, entre outros (Frugoli *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2024).

Além dos efeitos dramáticos para a saúde mental, os impactos na vida cotidiana das mulheres vítimas de violência de gênero no ambiente universitário também se mostraram expressivos. São ressaltados aspectos como o isolamento social, as dificuldades nas interações interpessoais e o estabelecimento de relações conflituosas. Frugoli *et al.* (2019) proferem que mulheres vítimas desse tipo de violência tendem a apresentar um isolamento

progressivo, motivado pelo medo de novas agressões, pela vergonha e pela estigmatização social.

Pondera-se que violência de gênero não afeta apenas a esfera pessoal, mas também tem repercussões no desenvolvimento profissional e educacional das mulheres. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) destaca que o medo da violência pode impedir mulheres de buscar educação, ingressar no mercado de trabalho ou exercer seus direitos políticos, limitando suas oportunidades de crescimento e autonomia. A violência de gênero reforça as desigualdades estruturais entre homens e mulheres, dificultando a ascensão profissional feminina e perpetuando a disparidade de oportunidades no mercado de trabalho. A revitimização institucional e a carência de suporte adequado agravam esse cenário, contribuindo com a perpetuação de um ciclo de sofrimento psíquico e com a manutenção da cultura de dominação masculina sobre as mulheres (Hernández, 2015).

Outro aspecto relevante faz referência ao comprometimento das atividades diárias das vítimas. As participantes relataram dificuldades na realização de tarefas cotidianas e de autocuidado, bem como problemas relacionados à assiduidade e pontualidade no ambiente laboral e acadêmico. Esse comprometimento agrava ainda mais as condições de sobrecarga e dupla jornada de mulheres, em especial quando são mães. Dessa forma, as repercussões da violência de gênero extrapolam o contexto profissional e acadêmico, adquirindo uma dimensão crônica no cotidiano das vítimas, ou seja, uma condição que se prolonga e afeta diferentes esferas de suas vidas.

As constatações encontradas por meio dos resultados da pesquisa reforçam a necessidade de integrar os campos da saúde mental e dos estudos de gênero, tendo em vista a violência não apenas como um fator agravante, mas também como um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais. Santos (2009) observa que há uma concentração de pesquisas na área da saúde mental relacionadas ao ciclo reprodutivo feminino, o que, embora relevante, tem reforçado a invisibilidade dos efeitos da violência de gênero na saúde mental das mulheres. Isso resulta na negligência dos impactos cumulativos e indiretos das diversas formas de violência vivenciadas, ressaltando a necessidade de ampliar o escopo das investigações e intervenções nesse campo.

Considerações finais

A pesquisa revelou a complexidade da violência de gênero no ambiente universitário, demonstrando que as instituições de ensino superior não constituem espaços neutros, mas sim contextos de reprodução e manutenção das desigualdades estruturais. A elevada incidência de casos e a diversidade das formas de violência observadas revelam a necessidade premente de intervenções institucionais sistemáticas, voltadas à mitigação e erradicação desse fenômeno.

Os impactos no cotidiano e na saúde das vítimas demonstram uma correlação expressiva entre a exposição à violência de gênero e o desenvolvimento de agravos, principalmente à saúde mental. Esse achado reforça a necessidade de que as universidades integrem a perspectiva de gênero nas políticas de promoção da saúde mental e implementem mecanismos eficazes de apoio psicossocial à comunidade universitária. Além disso, a revitimização institucional e a insuficiência de suporte adequado agravam o sofrimento psíquico das vítimas, enfatizando a necessidade de reformulação das práticas institucionais de acolhimento e resposta às denúncias.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as instituições de ensino superior implementem estratégias robustas para a erradicação da violência de gênero, tais como a criação de canais acessíveis e sigilosos para denúncia, a formação contínua de docentes e servidores, bem como o desenvolvimento de políticas institucionais que garantam prevenção, proteção e responsabilização dos agressores. É fundamental fomentar o debate acadêmico sobre essa problemática, incentivando a produção de conhecimento crítico que subsidie ações efetivas e sustentáveis para a promoção da equidade de gênero no ensino superior. Observa-se uma lacuna na literatura acadêmica quanto à interlocução entre a violência de gênero e a saúde mental, o que dificulta a implementação de políticas e estratégias de enfrentamento.

A taxa de resposta reduzida observada entre terceirizadas no estudo configura uma limitação que demanda atenção. Tal contingente pode ser atribuído tanto às dificuldades inerentes à coleta de dados em pesquisas realizadas em ambiente virtual quanto à natureza sensível do tema em investigação e a condição frágil de empregabilidade destas mulheres, o que possivelmente influenciou a adesão das participantes. Sugere-se que futuras pesquisas adotem estratégias metodológicas diversificadas, com o intuito de assegurar uma maior representatividade amostral e viabilizar uma compreensão mais aprofundada da temática em questão.

Este estudo salienta a urgência de abordagens interdisciplinares e intersetoriais que articulem os estudos de gênero e a saúde mental, reconhecendo a violência de gênero não apenas como uma manifestação das desigualdades sociais, mas também como um fator determinante na produção de sofrimento psíquico e produção de conhecimento.

Experiências implementadas nos últimos três anos na universidade investigada indicam uma disposição institucional em transformar o cenário de violência de gênero, oferecendo subsídios relevantes para a consolidação de práticas de enfrentamento e promoção da saúde mental das mulheres. Mesmo que os efeitos dessas ações ainda não tenham sido sistematicamente avaliados, elas representam avanços importantes rumo à institucionalização de políticas com potencial transformador. Dentre essas iniciativas, destacam-se: a implementação de uma Política de Saúde Mental Universitária; a formulação de uma Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência; e a criação de um Observatório de Mulheres. Esta última iniciativa, em particular, alinha-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, incluindo aquelas inseridas no contexto universitário. As ações mencionadas demonstram um compromisso crescente com a promoção de ambientes acadêmicos mais seguros, inclusivos e equitativos para as mulheres.

Cabe às universidades o compromisso ético e político com a erradicação das práticas de violência de gênero, assumindo a equidade como princípio estruturante de suas políticas institucionais. Tal compromisso envolve não apenas a promoção de ambientes seguros e inclusivos, como também a contribuição ativa para a transformação social por meio da afirmação de valores democráticos e igualitários no espaço acadêmico. A construção de uma universidade menos marcada por lógicas masculinistas exige mais do que a ampliação da presença quantitativa de mulheres ou a redução dos índices de violência: requer a feminilização das práticas institucionais. Isso significa reconhecer e integrar a indissociabilidade entre a produção de conhecimento, o cuidado e o bem viver universitário como fundamentos de uma universidade comprometida com a justiça social. Ao valorizar saberes, práticas e relações que historicamente foram marginalizados, as instituições de ensino superior podem se tornar protagonistas na promoção de culturas mais solidárias, equitativas e humanizadoras.

Referências

BANDEIRA, L. M. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p. 49–79, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>.

BELCHIOR, C. A. A Terceirização Precariza as Relações de Trabalho? O Impacto Sobre Acidentes e Doenças. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 1, p. 41–60, jan. 2018. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180003>.

BELLINI, D. M. G. **Violência contra mulheres nas universidades**: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUENO, S.; PEREIRA, C.; NEME, C. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. p. 116-121. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

FERIGATO S.H, et al. O questionário online como dispositivo de produção de dados na pesquisa em saúde. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2022;08:123-150. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/o-questionario-online-como-dispositivo-de-producao-de-dados-na-pesquisa-em-saude>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRUGOLI, R. et al. Violência contra as mulheres universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2019. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/FYY6Zr6VVISR-zo9_2020-1-18-8-48-55.pdf. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

GAMA, F.; BALDISSERA, M. Violência contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2021.

GOMES, L. F. G.; LIMA, M. E. A. O assédio moral no contexto universitário: o caso de uma IFES em Minas Gerais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 1-14, 2019. DOI: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/152126/158392>.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C. D.; FONSECA, R. M. G. S. D. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024>.

HERNÁNDEZ, S. I. Violencia de género en las universidades o la necesidad de una intervención educativa. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v. 1, n. 1, p. 531-543, 2015. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/46>. Acesso em: 17 de dez. de 2021.

LIMA, M. M. C.; CEIA, E. M. Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 3-28.

MAITO, D. C.; PANÚNCIO-PINTO, M. P.; VIEIRA, E. M. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e220105, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.220105>.

MOROSKOSKI, M. et al. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, suppl. 3, p. 4993-5002, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020>.

MÜNCH, Ri. Academic capitalism. In: THOMPSON, William R. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.15>.

OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190650, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190650>

OLIVEIRA, Y. P. et al.. Consequências da violência de gênero na saúde de universitárias: um estudo de caso sobre relacionamentos íntimos abusivos.

Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 34, e34087, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434087pt>.

PARENT IN SCIENCE. **Relatório de atividades 2016-2021**. 2021. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_be4c284828694041803db8f8aa86d259.pdf . Acesso em: 13 de mai. de 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Violence against women: a cause and consequence of inequality**. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/blog/violence-against-women-cause-and-consequence-inequality> Acesso em: 2 de abr. de 2025.

SANTOS, A. M. C. C. Saúde mental articular e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n4/1177-1182/pt>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 27, n. 28, 1989. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS27. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

SANTOS, R. G. et al. Violência contra a mulher à partir das teorias de gênero. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 13, n. 44, p. 97-117, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1476/2363>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

SCHRAIBER, L. B. et al. Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 658-666, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>.

SOUZA, T. M. C.; COSTA, C. L. Políticas na academia para o enfrentamento às violências de gênero: sobre potências e manutenção de opressões. In: ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 493-509.

TEIXEIRA, E. C; SOARES, L. S. A; PIRES, F. R. C. Análise da relação entre vitimização por violência conjugal e diagnóstico de transtorno depressivo no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 25, n. 1, p. 136-166, 2º sem. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/59838>. Acesso em: 7 de dez. de 2021.

UNESCO. **Recomendação sobre ciência aberta**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021. Disponível em: <https://>

unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949. Acesso em: 4 de mai. de 2025.

VALLI, L. M.; D'AFFOSECA, S.M.; DIONÍSIO, M. B. R. Perspectivas e experiências de violência de gênero nas universidades brasileiras. **Diversidade e Educação**, v. 13, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.63595/de.v13i1.17244>.

VENTURA, E. F. **O assédio moral em uma instituição federal de ensino: o caso UFOP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2015.

VILLELA, W. V. et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-123, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100014>.

ZANELLO, V.; SILVA, R.M. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Bioética**, v. 22, n. 2, p. 267-279, 2012. DOI: 10.1590/S1983-80422012000200007.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em novembro de 2025.